



Relatório de Atividades do TCE-MS

2º Trimestre - 2026

Conselho Deliberativo

Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Presidente

Conselheiro Iran Coelho das Neves
Vice-Presidente

Conselheiro Marcio Campo Monteiro
Corregedor-Geral e Diretor-Geral da ESCOEX

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo
Ouvidor

Conselheiros
Waldir Neves Barbosa
Ronaldo Chadid
Sérgio de Paula

Conselheiros Substitutos
Coordenador - Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora - Patrícia Sarmento dos Santos
Célio Lima de Oliveira

Ministério Público de Contas

Procurador-Geral de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior

Procurador-Geral Adjunto
Matheus Henrique Pleutim de Miranda

Corregedor-Geral
Joder Bessa e Silva

Corregedor-Geral Substituto
Bryan Lucas Reichert Palmeira

Elaboração

Ariene Rezende do Carmo Castro
Anahi Philbois
Isabel Cristiane Loureiro de Almeida
Judite Maria Grossl
Roberto Manvailer Munhoz

Sumário

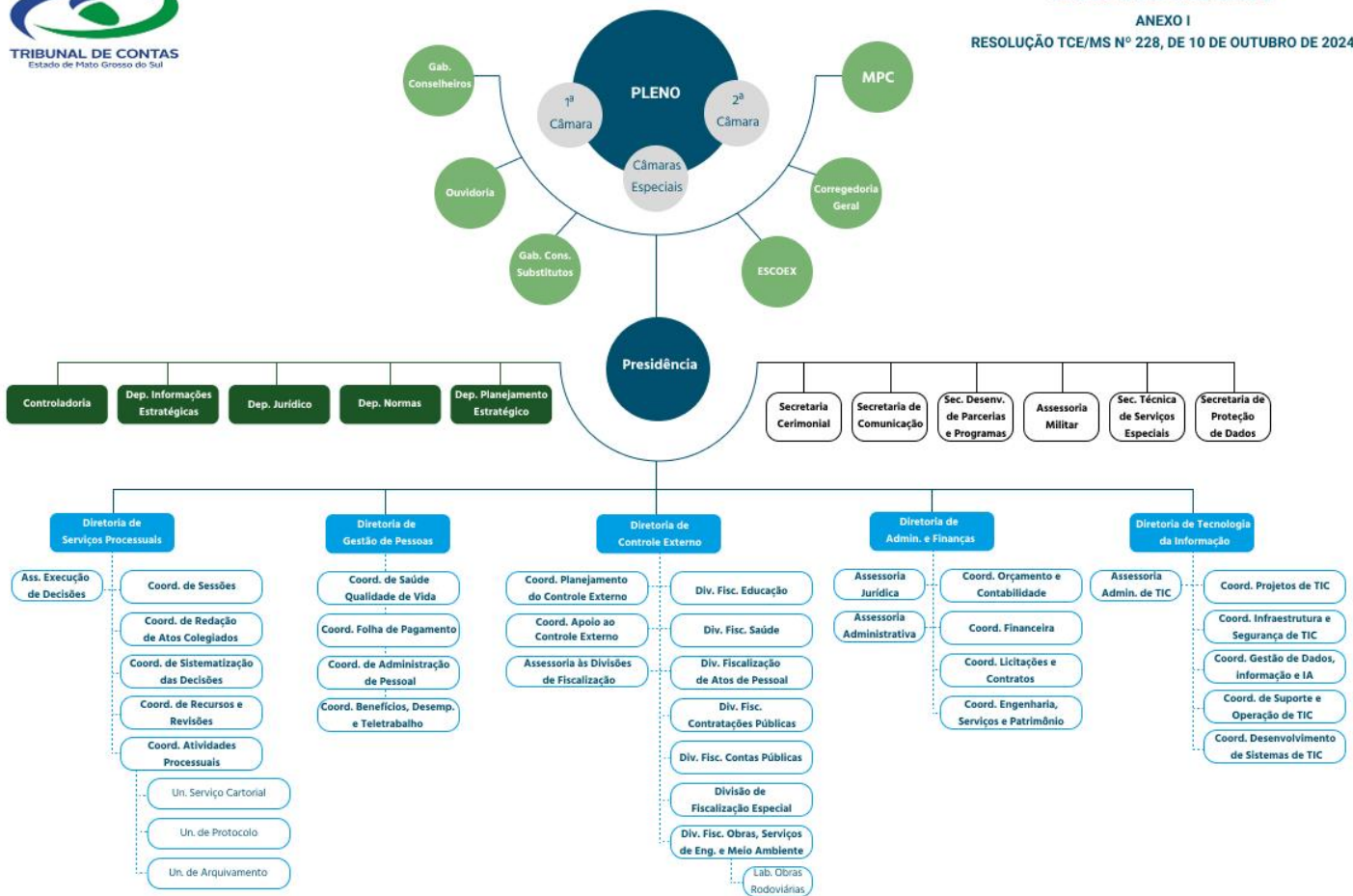
Organograma	04
Identidade Estratégica	05
Mapa Estratégico	06
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	07
Tribunal em Números	08
Controle Externo.....	10
Diretoria de Serviços Processuais	14
Ouvidoria	18
Corregedoria-Geral.....	21
Diretoria de Administração e Finanças.....	22
Normas do TCE-MS	25
Gestão de Pessoas	26
Tecnologia da Informação	27
Departamento Jurídico.....	28
Controle Interno.....	29
Escoex	30
Secretaria de Comunicação.....	31



ORGANOGRAMA

ANEXO I

RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 228, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024



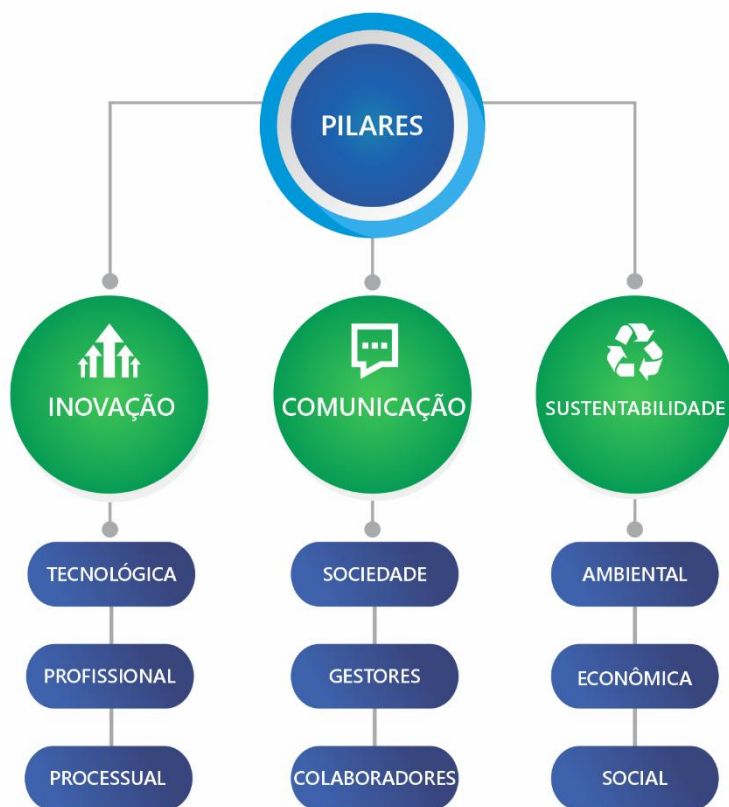
IDENTIDADE ESTRATÉGICA 2026-2029

VISÃO

Ser um Tribunal de Contas sustentável, acessível e colaborativo, que orienta e fiscaliza para gerar valor público e confiança na sociedade.

MISSÃO

Provocar transformações na gestão pública que resultem em impactos positivos e perceptíveis para os cidadãos, mediante o exercício do controle externo.



MAPA
ESTRATÉGICO
2026-2029



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

O TCE/MS direciona seu Planejamento Estratégico 2026-2029 e, conseqüentemente, suas ações para o cumprimento da Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais buscam erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que a sociedade desfrute de paz e prosperidade.



Tribunal em Números



13.087
Estoque de Processos



44
Auditorias Realizadas



253
Processos Autuados



1.932
Processos Julgados

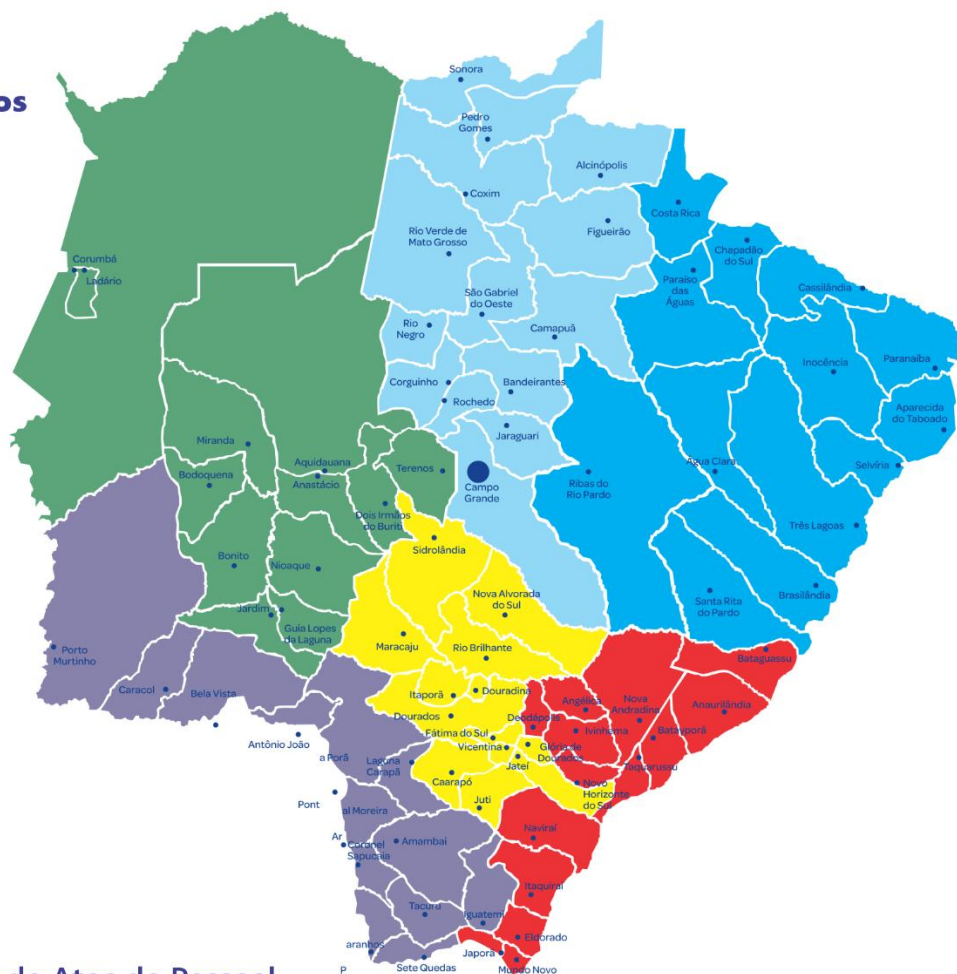


137
Multas Aplicadas
R\$ 476.328,36



7
Cautelares Expedidas

- Grupo I
- Grupo II
- Grupo III
- Grupo VI
- Grupo V
- Grupo IV



6

Fiscalizações de Atos de Pessoal



9

Fiscalizações de Contratação Pública



8

Fiscalizações de Saúde



5

Fiscalizações em Educação



7

Auditorias Especiais



7

Fiscalizações em Obras



2

Fiscalizações em Contas de Governo e Gestão



31

Total de Fiscalizações Concluídas

R\$ 1.772.105.766,61

Valor Fiscalizado

* Valores apurados com base nas fiscalizações efetuadas no trimestre, podendo dizer respeito a atos administrativos de anos anteriores.

Controle Externo

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÕES E PARCERIAS



93*

**ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO**

6**

**CAUTELARES
CONCEDIDAS**

R\$ 128.763.413,81



8

**Fiscalizações
Concluídas**



9

**Fiscalizações
Em execução**



134***

**Processos
Analisados**

* Alguns desses processos foram redistribuídos à Divisão competente
** Das 08 Cautelares Solicitadas: 6 foram concedidas
*** desse total de 134 processos analisados, além das 93 análises de controle prévio, 22 processos referem-se à denúncias e representações

Fiscalização Destaque

Fiscalização direcionada às políticas públicas de primeira infância no Município de Campo Grande, especificamente no campo da assistência social. A ação buscou analisar políticas, ações e projetos voltados à primeira infância, com foco na aplicação de recursos, na proteção social e no desenvolvimento infantil, tratando-se de fiscalização de elevada relevância social e institucional.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO ESPECIAL



1

**Fiscalizações
Concluídas**



7

**Fiscalizações
Em execução**

R\$ 860.429.062,00* Fiscalizados

Fiscalização Destaque

Fiscalização das políticas para a primeira infância, assegurando aplicação eficaz de recursos e promovendo desenvolvimento integral das crianças, com foco na política pública de Assistência Social dos Municípios.

* fração do valor total de R\$ 3.441.716.248,00 previsto da fiscalização.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO



8

Fiscalizações
Concluídas



5

Fiscalizações
Em execução

R\$ 66.508.962,59 Fiscalizados



185

Processos
Analisados

DIVISÃO DE CONTAS DE GOVERNO E GESTÃO



2

Fiscalizações
Concluídas



8

Fiscalizações
Em execução

R\$ 370.530.900,10



90

Processos
Analisados

Relatório de Atividades do TCE-MS

2º Trimestre - 2026

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE



64

**ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO**

1*

**CAUTELAR
CONCEDIDA**

R\$ 10.750.576,51



3

**Fiscalizações
Concluídas**



7

**Fiscalizações
Em execução**



232

**Processos
Analisados**



6**

**Laboratório de
Obras Rodoviárias**

Fiscalização Destaque

1. Acompanhamento da implementação do PNPC, com atividades de orientação relacionadas aos planos de trabalho de integridade e com atividades pedagógicas, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário estaduais.
2. PROFISCO II - Auditoria independente no contrato de empréstimo ao projeto de modernização da gestão fiscal do MS, parcialmente financiado pelo BID.
3. Auditoria Independente no contrato de empréstimo no valor de US\$ 80.000.000,00, sendo metade investimento FONPLATA e metade aportada pelo município de Corumbá/MS.

VALORES EM DÓLAR (PROFISCO II/FONPLATA): U\$ 81.500.000,00

*13 Cautelares Solicitadas: 1 concedida - 12 intimações para justificativas

** 2 Viagens do Laboratório no apoio as fiscalizações;

4 análise de documentos técnicos.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE PESSOAL**2****Fiscalizações
Concluídas****6****Fiscalizações
Em execução****R\$ 63.265.945,38 fiscalizados****897****Processos
Analisados**DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE**40****ANÁLISES EM
CONTROLE PRÉVIO****R\$ 271.856.906,22****252****Processos
Analisados****1****Fiscalizações
Concluídas****8****Fiscalizações
Em execução****Fiscalização Destaque**

1 - Fiscalização para avaliar a estrutura física das US, com o objetivo de propor correções, melhorias e ajuste pontuais para melhorar o atendimento da população.

2 - Acompanhamento das compras do Consórcio Conisul para verificação do processo de aquisições realizadas, especialmente se os preços estão no limite CMED e de acordo com o praticado por outros entes públicos. E fomentar a utilização do Banco de Preços em Saúde como ferramenta de gestão, com objetivo de diminuir os valores pagos pelos medicamentos e insumos médicos, gerando economia para toda a população. Foco na transparência das compras e eficiência nas parcerias e resultados e combate à corrupção.

3 - Fiscalização das contratações para aquisição de fraldas descartáveis e alimentação especial. Além das fiscalizações, a Divisão de Fiscalização de Saúde teve oportunidade de organizar o 1º evento de lançamento da Plataforma Nacional de Saúde (MEDSUS), em parceria com o STF e CNJ, o que culminou na escolha do Estado de Mato Grosso do Sul para ser o ente piloto do projeto de desjudicialização da saúde.

Diretoria de Serviços Processuais

SESSÕES PLENÁRIAS

	ABR		MAI		JUN		TOTAL		
CONVOCAÇÃO	CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
ORDINÁRIA	6	3	8	6	8	4	35		
RESERVADA	2	2	4	1	4	0	13		
TOTAL I	8	5	12	7	12	4			
TOTAL II(CAM+PLEN)	13		19		16		48		

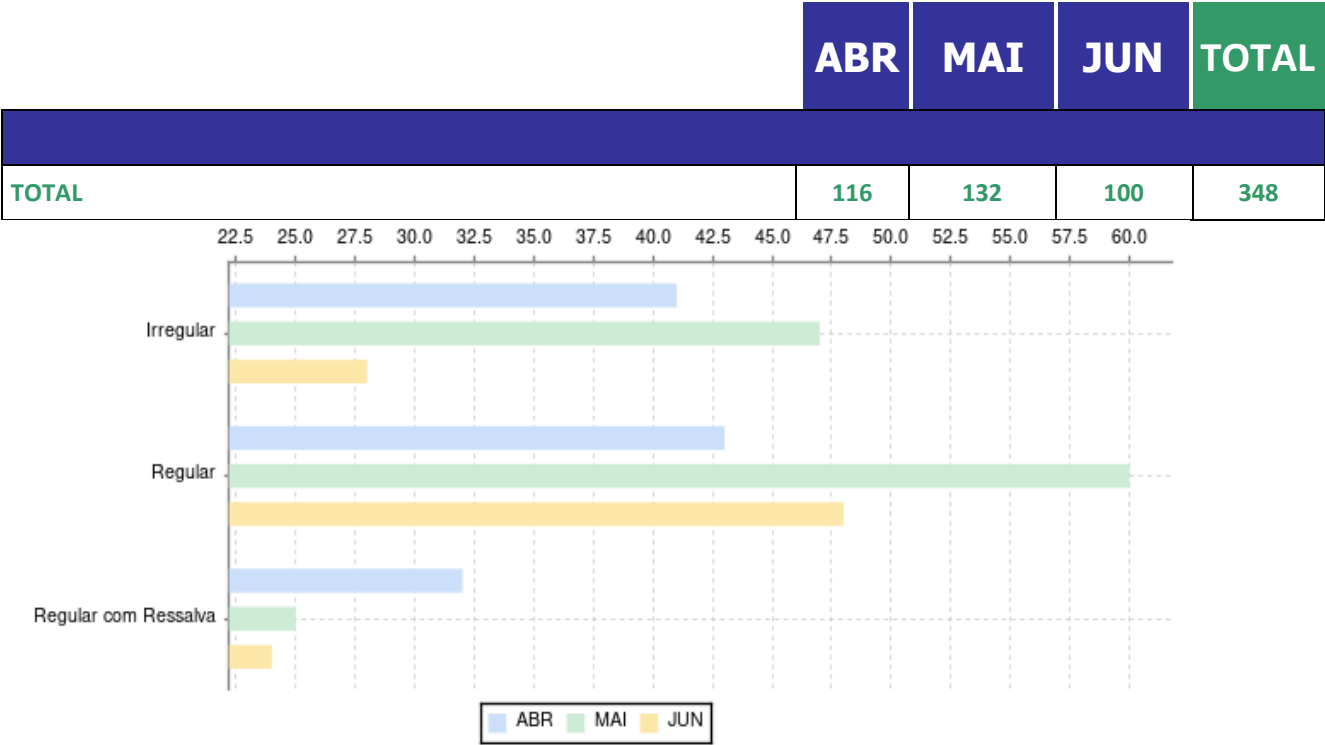
PROCESSOS JULGADOS

	ABR		MAI		JUN		TOTAL		
ASSUNTO	CAM	PLEN	CAM	PLEN	CAM	PLEN			
TOTAL I	142	49	138	55	90	29			
TOTAL II(CAM+PLEN)	191		193		119		503		

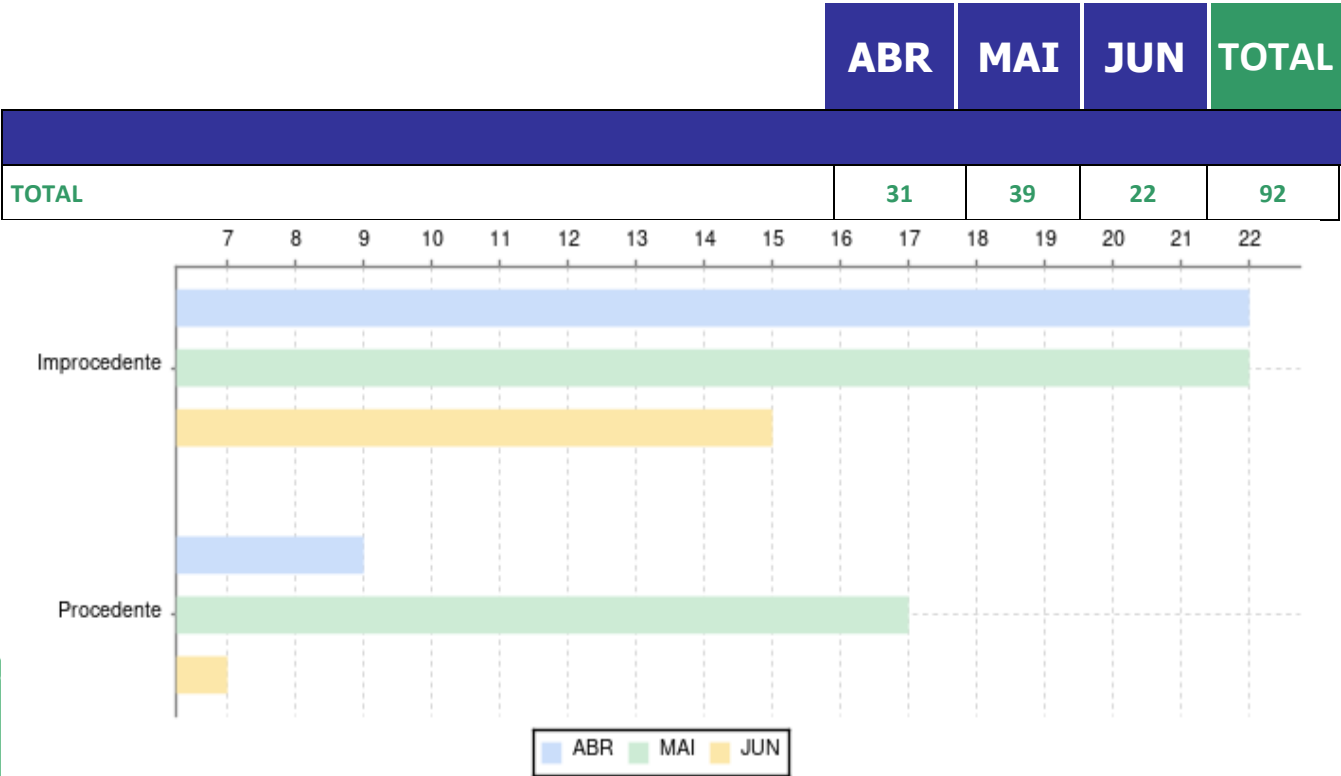
RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PARECER PRÉVIO

		ABR	MAI	JUN	TOTAL
Favorável	PREFEITURA MUNICIPAL	4	2	4	10
TOTAL		4	2	4	10

RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO



RESULTADO DOS JULGAMENTOS- RECURSOS

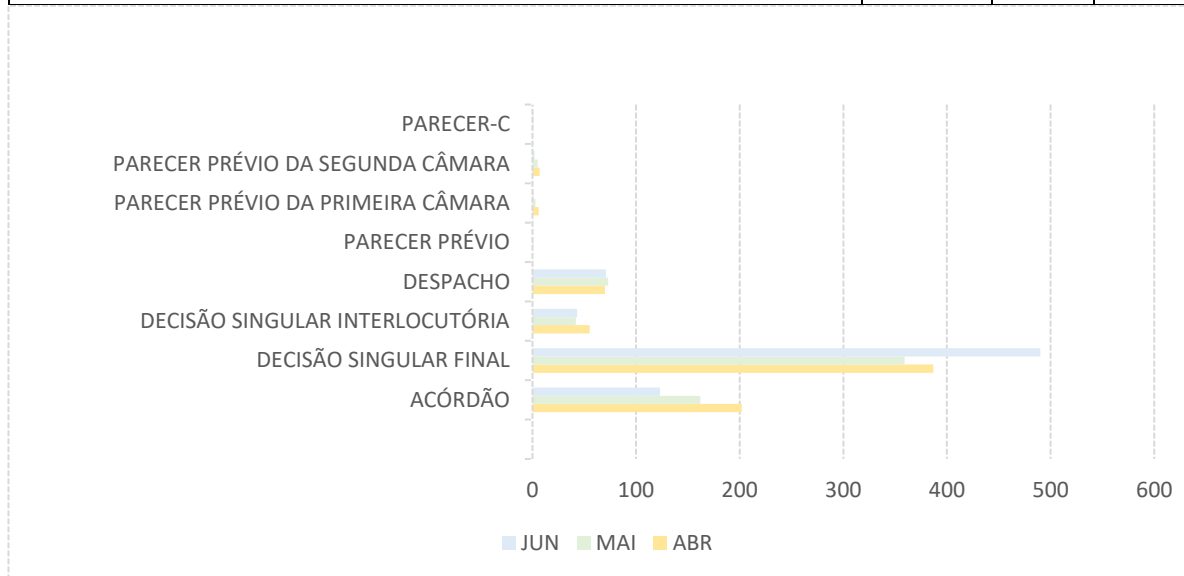


RESULTADO DOS JULGAMENTOS- PROCESSO JULGADO - MULTAS

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
TOTAL	100	108	75	283

PUBLICAÇÕES

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
TOTAL	727	646	731	2104



PROCESSOS AUTUADOS

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	10	18	12	40
PROCESSOS TÉCNICOS	292	279	202	773
TOTAL	302	297	214	813

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS A CONSELHEIROS

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA	37	28	84	149
CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES	19	16	48	83
CONSELHEIRO RONALDO CHADID	24	19	27	70
CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO	25	30	59	114
CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO	35	34	104	173
CONSELHEIRO SÉRGIO DE PAULA	23	28	37	88
TOTAL	163	155	359	677

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS A CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

	ABR	MAI	JUN	TOTAL
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA	168	3	93	264
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL	135	2	79	216
CONSELHEIRA SUBSTITUTO PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS	91	4	55	150
TOTAL	394	9	227	630

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

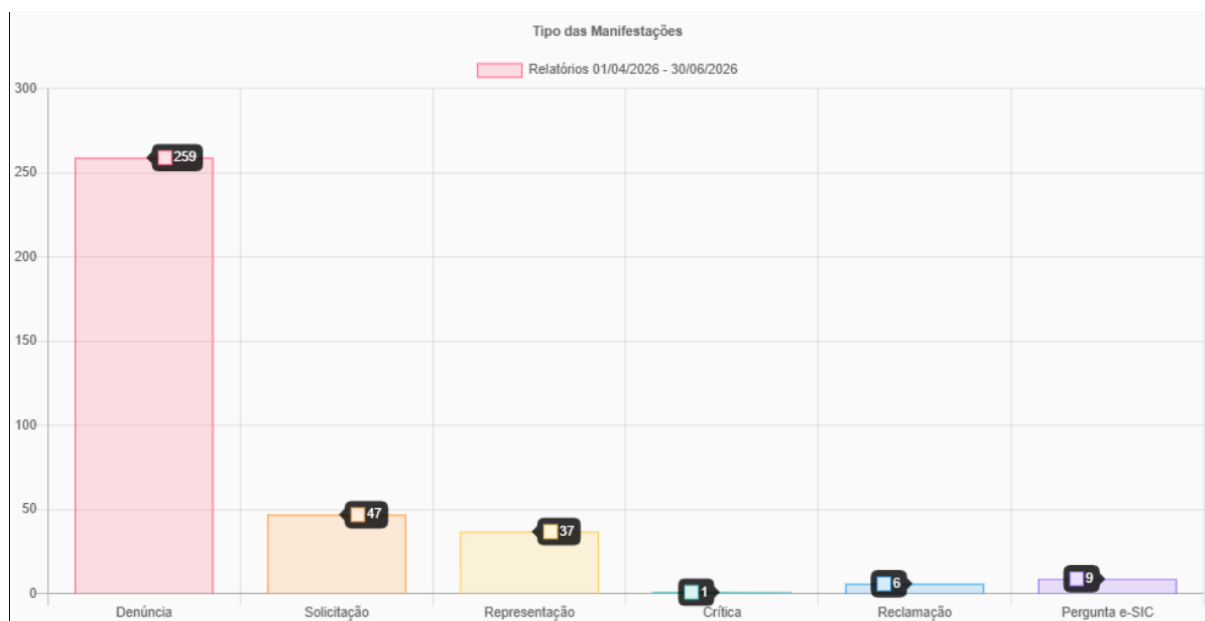
	ABR	MAI	JUN	TOTAL
ANÁLISES				
DESPACHO	12	66	77	155
TOTAL	12	66	77	155

Ouvidoria

- Em **28/04/2026** - Ouvidoria do TCE-MS participou do lançamento de Programa de Compliance em Glória de Dourados (<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8323/tce-ms-participa-de-lancamento-de-programa-de-compliance-em-gloria-de-dourados>);
- Em **07/05/2026** – Disponibilização da Carta de Serviços 2026 (<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8330/carta-de-servicos-2026-do-tce-ms-ja-esta-disponivel-no-portal-institucional>);
- Em **25/06/2026** – participação por videoconferência da “A Visão de Atores da Sociedade Civil sobre Educação e Demandas Sociais”, ocorrido em Brasília, realizada pelo Instituto Serzedello Corrêa - Escola Superior do Tribunal de Contas da União.
-

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

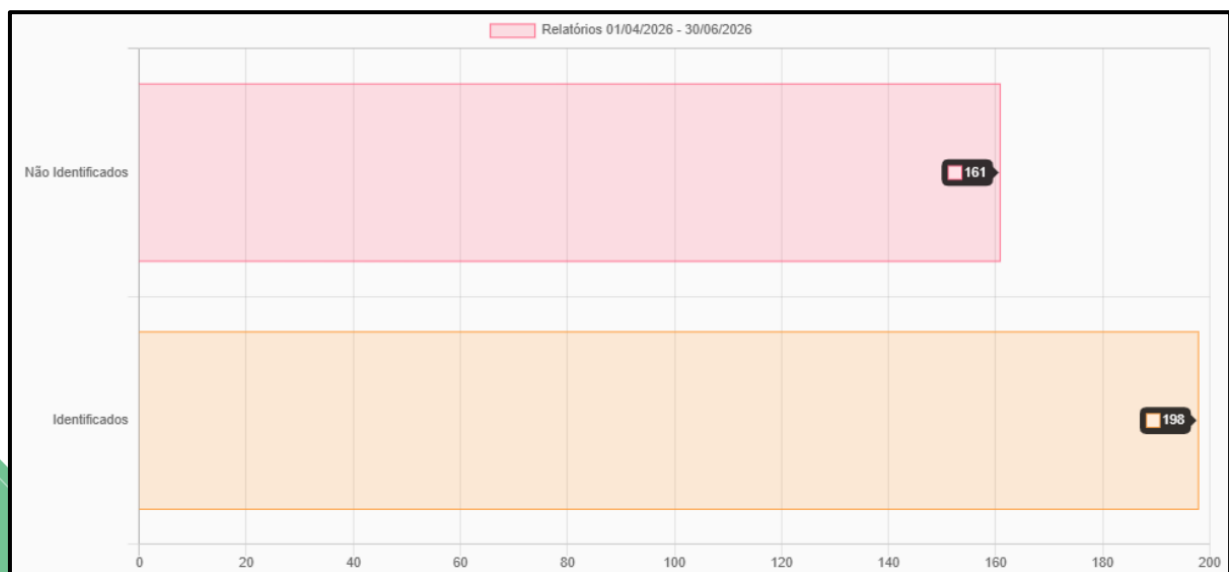
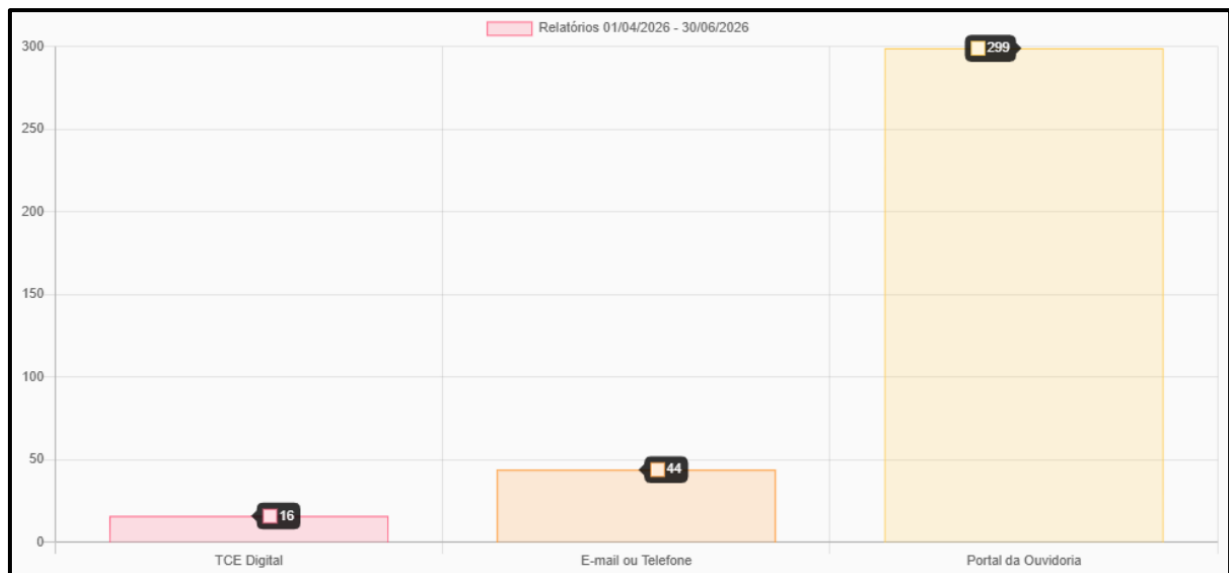
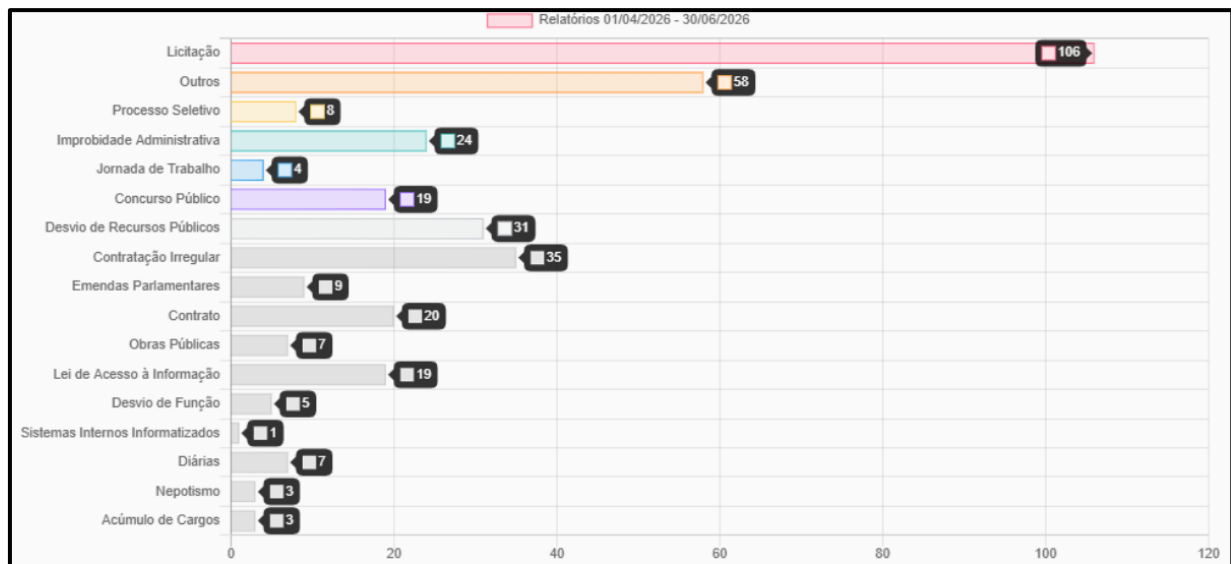
A Ouvidoria do TCE-MS, durante os meses de abril a junho de 2026, recebeu 359 (trezentos e cinquenta e nove) manifestações, realizando aproximadamente 410 despachos, sendo elas:



www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios

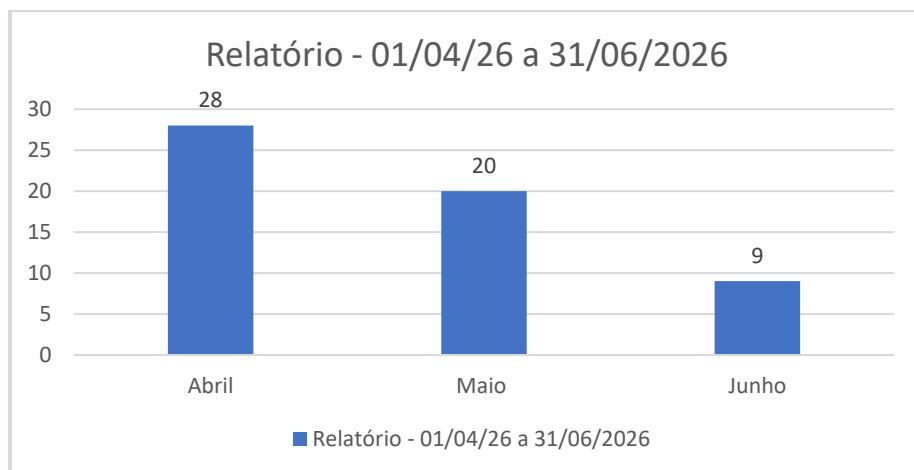
Relatório de Atividades do TCE-MS

2º Trimestre - 2026



ATENDIMENTO RESOLVIDO SEM AUTUAÇÃO PROCESSUAL

Nos meses de abril a junho de 2026 foram encaminhadas 57 (cinquenta e sete) solicitações por e-mail, solucionadas sem a necessidade de autuação processual, número que reforça a eficácia do atendimento da Ouvidoria do TCE-MS.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-MS recebeu avaliações espontâneas de 10 usuários sobre os serviços disponibilizados aos cidadãos. Deste total, 90% (9 usuários) classificaram o serviço como “ótimo”, conforme detalhado no quadro abaixo:



Corredegoria-Geral



- Relatórios estatísticos mensais.

- Relatório Consolidado das **Atividades Desenvolvidas pela Corredegoria-Geral do Tribunal de Contas em 2025 e Planejamento para 2026.**

- **Atualização de procedimentos e critérios para a avaliação de desempenho** dos servidores dos quadros de pessoal do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul durante o estágio probatório.

- **Campanhas** sobre ética, **Dia Nacional da Ética**, divulgação do **código de conduta ética**, como o de **Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação**; Comemorativa de instituição do Comitê **Prevad**;

- **Participou do Evento Nacional "Corredegoria Day.**

- Em cumprimento de sua finalidade e competências, foram acompanhadas as atividades desenvolvidas dos seguintes órgãos Colegiados: **Comissão de Ética, Comitê de Avaliação e Preservação de Documentos (CDOC), Comissão do Estágio Probatório, Comissão de Processo Disciplinar, Comitê Técnico de Prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, Comitê de Segurança da Informação, Comitê de Gestão Tática e a Comissão para Implementação de Inteligência Artificial (CIA).**

Diretoria de Administração e Finanças

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A ABRIL 2026/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

										Em Reais
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)	(g)	(g) = (e-f)	(h)	(i)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	386.319.300,00	396.319.300,00	37.988.912,49	296.440.107,99	99.879.192,01	66.318.560,72	116.507.011,87	279.812.288,13	115.151.466,93	0,00
DESPESAS CORRENTES	373.619.300,00	383.619.300,00	37.429.372,49	284.303.051,72	99.316.248,28	65.123.532,02	114.041.682,40	269.577.617,60	112.686.137,46	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.734.000,00	179.734.000,00	1.397.173,36	149.111.816,95	30.622.183,05	25.722.928,15	51.916.797,58	127.817.202,42	50.923.583,92	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.885.300,00	203.885.300,00	36.032.199,13	135.191.234,77	68.694.065,23	39.400.603,87	62.124.884,82	141.760.415,18	61.762.553,54	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.700.000,00	12.700.000,00	559.540,00	12.137.056,27	562.943,73	1.195.028,70	2.465.329,47	10.234.670,53	2.465.329,47	0,00
INVESTIMENTOS	12.700.000,00	12.700.000,00	559.540,00	12.137.056,27	562.943,73	1.195.028,70	2.465.329,47	10.234.670,53	2.465.329,47	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.222.775,21	16.317.611,83	41.382.388,17	8.222.775,21	16.317.611,83	41.382.388,17	16.315.382,76	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	444.019.300,00	454.019.300,00	46.211.687,70	312.757.719,82	141.261.580,18	74.541.335,93	132.824.623,70	321.194.676,30	131.466.849,69	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	444.019.300,00	454.019.300,00	46.211.687,70	312.757.719,82	141.261.580,18	74.541.335,93	132.824.623,70	321.194.676,30	131.466.849,69	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	444.019.300,00	454.019.300,00	46.211.687,70	312.757.719,82	141.261.580,18	74.541.335,93	132.824.623,70	321.194.676,30	131.466.849,69	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/05/2026.
NOTA:
¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A ABRIL 2026/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Em Reais											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INS CRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS ADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	386.319.300,00	396.319.300,00	37.988.912,49	296.440.107,99	94,78	99.879.192,01	66.318.560,72	116.507.011,87	87,71	279.812.288,13	0,00
LEGISLATIVA	386.319.300,00	396.319.300,00	37.988.912,49	296.440.107,99	94,78	99.879.192,01	66.318.560,72	116.507.011,87	87,71	279.812.288,13	0,00
Controle Externo	386.319.300,00	396.319.300,00	37.988.912,49	296.440.107,99	94,78	99.879.192,01	66.318.560,72	116.507.011,87	87,71	279.812.288,13	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	57.700.000,00	57.700.000,00	8.222.775,21	16.317.611,83	5,22	41.382.388,17	8.222.775,21	16.317.611,83	12,29	41.382.388,17	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	444.019.300,00	454.019.300,00	46.211.687,70	312.757.719,82	100,00	141.261.580,18	74.541.335,93	132.824.623,70	100,00	321.194.676,30	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/05/2026.
NOTA:
¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.
²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A ABRIL 2026/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

REIO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo¹		
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2025						
	(a)	(b)				(c)	(d)					e = (a + b) - (c + d)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.946.207,55	2.946.177,80	64.568,24	9.001,41	9.001,41	
PODER LEGISLATIVO	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.946.207,55	2.946.177,80	64.568,24	9.001,41	9.001,41	
Tribunal de Contas do Estado	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.946.207,55	2.946.177,80	64.568,24	9.001,41	9.001,41	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.175.635,89	1.175.635,89	0,00	0,00	0,00	3.019.747,45	2.946.207,55	2.946.177,80	64.568,24	9.001,41	9.001,41	

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.
NOTA:
¹O montante de R\$ 9.001,41 é composto de saldos pendentes de pagamentos ou cancelamentos: Elevadores Atlas Schindler LTDA R\$ 29,75; Caixa Econômica Federal R\$ 8.258,22 e S/A O Estado de São Paulo R\$ 713,44.

Relatório de Atividades do TCE-MS

2º Trimestre - 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JANEIRO A ABRIL 2026/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)					Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
DESPESAS					
Dotação Inicial				444.019.300,00	
Dotação Atualizada				454.019.300,00	
Despesas Empenhadas				312.757.719,82	
Despesas Liquidadas				132.824.623,70	
Despesas Pagas				131.466.849,69	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas				312.757.719,82	
Despesas Liquidadas				132.824.623,70	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado		1.175.635,89	0,00	1.175.635,89	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		3.019.747,45	64.568,24	2.946.177,80	9.001,41
Poder Legislativo - Tribunal de Contas do Estado		3.019.747,45	64.568,24	2.946.177,80	9.001,41
TOTAL		4.195.383,34	64.568,24	4.121.813,69	9.001,41

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável TCE, Data da emissão 26/03/2026.

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2026.

Daniele Silveira Ciaparin
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Publiquem-se os Anexos 1, 2, 7 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do TC, em atendimento ao disposto no §2º do art. 159 da Constituição Estadual.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	2.995.900,00	694.366,25	23,18	1.739.305,63	58,06	1.256.594,37
RECEITAS CORRENTES	2.995.900,00	2.995.900,00	694.366,25	23,18	1.739.305,63	58,06	1.256.594,37
RECEITA PATRIMONIAL	2.357.000,00	2.357.000,00	476.924,41	20,23	1.202.605,13	51,02	1.154.394,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	299.700,00	299.700,00	50.938,70	17,00	101.877,40	33,99	197.822,60
Valores Mobiliários	1.165.100,00	1.165.100,00	425.951,77	36,56	810.922,98	69,60	354.177,02
Cessão de Direitos	892.200,00	892.200,00	33,94	0,00	289.804,75	32,48	602.395,25
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.300,00	47.300,00	192,52	12,03	385,04	0,81	46.914,96
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.600,00	1.600,00	192,52	12,03	385,04	24,07	1.214,96
Outros Serviços	45.700,00	45.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.600,00	591.600,00	217.249,32	36,72	536.315,46	90,66	55.284,54
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	591.600,00	591.600,00	217.249,32	36,72	536.315,46	90,66	55.284,54
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.995.900,00	2.995.900,00	694.366,25	23,18	3.739.305,63	124,81	-743.405,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	2.995.900,00	2.995.900,00	694.366,25	23,18	3.739.305,63	124,81	-743.405,63
DÉFICIT (VI)						0,00	
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	2.995.900,00	2.995.900,00	694.366,25		3.739.305,63		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.600.000,00			6.600.000,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		6.600.000,00			6.600.000,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre¹ (f)	Até o Bimestre² (f)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	8.546.005,93	1.049.894,07	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	8.546.005,93	1.049.894,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	8.546.005,93	1.049.894,07	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	8.546.005,93	1.049.894,07	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	8.546.005,93	1.049.894,07	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-351.125,22			2.689.411,56		2.689.411,56	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	3.739.305,63	5.505.469,15	1.049.647,45	3.739.305,63	8.546.005,93	3.739.305,63	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/05/2026.

NOTA:

¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.

²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre¹	Até o Bimestre²	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)		(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	100,00	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	100,00	8.546.005,93	0,00
LEGISLATIVA - FUNTC	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	100,00	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	100,00	8.546.005,93	0,00
Ação Legislativa	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	100,00	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	100,00	8.546.005,93	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.995.900,00	9.595.900,00	3.794.180,84	4.090.430,85	100,00	5.505.469,15	1.049.647,45	1.049.894,07	100,00	8.546.005,93	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/05/2026.

NOTA:

¹Na coluna das Despesas Empenhadas no Bimestre não foram consideradas as anulações de empenhos efetuadas no período.

²A coluna das Despesas Empenhadas até o Bimestre demonstra o saldo de empenho até o bimestre, ou seja, o total empenhado menos as anulações do período.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo¹		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2025						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c + d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f + g) - (i + j)	l = (e + k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.712.675,53	1.712.675,53	55.443,31	444.479,68	444.479,68	
PODER LEGISLATIVO													
FUNTC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.712.675,53	1.712.675,53	55.443,31	444.479,68	444.479,68	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212.598,52	1.712.675,53	1.712.675,53	55.443,31	444.479,68	444.479,68	

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/05/2026.

NOTA:

¹O montante de R\$ 444.479,68 refere-se a contrato com a empresa Centro Bras. de Pesq. em Aval. e Selec. - CEBRASPE.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO TC - FUNTC
JANEIRO A ABRIL 2026 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		2.995.900,00			
Previsão Atualizada		2.995.900,00			
Receitas Realizadas		3.739.305,63			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		6.600.000,00			
DESPESAS					
Dotação Inicial		2.995.900,00			
Dotação Atualizada		9.595.900,00			
Despesas Empenhadas		4.090.430,85			
Despesas Liquidadas		1.049.894,07			
Despesas Pagas		1.049.894,07			
Superávit Orçamentário		2.689.411,56			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		4.090.430,85			
Despesas Liquidadas		1.049.894,07			
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo - FUNTC		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		2.212.598,52	55.443,31	1.712.675,53	444.479,68
Poder Legislativo - FUNTC		2.212.598,52	55.443,31	1.712.675,53	444.479,68
TOTAL		2.212.598,52	55.443,31	1.712.675,53	444.479,68

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), Unidade Responsável FUNTC, Data da emissão 26/05/2026.

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2026.

Daniele Silveira Ciaparini
Contadora CRC/MS 14882/O

Fadel Tajher Iunes Junior
Diretor de Administração e Finanças

Flávio Esgaib Kayatt
Conselheiro Presidente

Normas do TCE-MS

Comprometido com as melhores práticas de Governança Corporativa e visando integração, articulação, transparência, celeridade e alocação eficiente de recursos e investimentos, a Corte de Contas, promove constante atualização das normas internas de gestão administrativa.

Resoluções

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 290, DE 15 DE ABRIL DE 2026

Institui a Política de Controle de Acesso Físico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 291, DE 30 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação de prazos para a prestação de contas referentes ao exercício de 2025.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 294, DE 21 DE MAIO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 228, de 10 de outubro de 2024, que dispõe sobre a estrutura organizacional e competências dos órgãos e instituição integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 295, DE 28 DE MAIO DE 2026

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução TCEMS n.º 98, de 5 de dezembro de 2018.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 296, DE 11 DE JUNHO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 225, de 18 de setembro de 2024, que institui o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 297, DE 11 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a avaliação de desempenho dos servidores dos quadros de pessoal do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul durante o estágio probatório.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 298, DE 30 DE JUNHO DE 2026

Altera a Resolução TCE-MS n.º 210, de 28 de fevereiro de 2024, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 299, DE 30 DE JUNHO DE 2026

Altera dispositivos da Resolução nº 92, de 21 de novembro de 2018, que dispõe sobre a instituição de colegiados no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a concessão e o pagamento da Gratificação de Encargos Especiais (GESPE), e dá outras providências.

Orientações Técnicas aos Jurisdicionados

OTJ Nº 02, DE 09 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre orientações técnicas relativas às aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com foco em governança, gestão de riscos, transparência e proteção dos recursos previdenciários.

OTJ Nº 03, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre orientações e procedimentos a serem adotados pelos órgãos jurisdicionados para obras e serviços de engenharia de infraestrutura rodoviária.

OTJ Nº 04, DE 28 DE MAIO DE 2026

Orienta os jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul quanto às diretrizes técnicas mínimas para estruturação da governança e implementação gradual da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

OTJ Nº 05, DE 28 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre orientações técnicas para o Controle Interno dos jurisdicionados com o objetivo de garantir a legalidade, a eficácia, a eficiência, a economicidade, a proteção dos ativos públicos, bem como assegurar a avaliação dos resultados da aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das metas definidas no Plano Plurianual e a execução dos programas e do orçamento público.

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas atua de forma estratégica, alinhando suas práticas e entregas às metas institucionais no Planejamento Estratégico do TCE-MS. As ações foram orientadas com foco na modernização de processos, no cuidado com a vida funcional, no incentivo ao bem-estar e no fortalecimento de uma cultura organizacional integrada e eficiente.

As principais ações desenvolvidas pelas quatro Coordenadorias tiveram como foco a **digitalização de rotinas administrativas, a transparência da gestão pública, a promoção da saúde e da qualidade de vida e o fortalecimento da cultura organizacional, assim como promoção à saúde, de gestão de riscos psicossociais e de preparação para a aposentadoria.**



6

Inovações e Melhorias

Qualidade de Vida



2

Campanhas Institucionais Realizadas

Teletrabalho e Produtividade



75%

Profissionais lotados nas Divisões



436

Atendimentos Ambulatoriais
pelo Espaço Saúde



1.502

Análises com produtividade
mensurável



6

encontros

Projeto Despertar
Cidade dos Meninos

Programa de Fortalecimento Psicossocial



4

Projetos



15

Encontros



72

Atendimentos
com Psicólogo

Tecnologia da Informação e Comunicação



95,5%



3.783



3.613



11
Projetos

Destaques

Chat TCE - Agente de Normas e Legislação
Portal LGPD - TCE e Jurisdicionados



4
Entregues
12
Em Andamento



72
Pontos de
Cabeamento
Padronizado e
Protegido

Departamento Jurídico



1

Parecer Jurídico



54

Processos Judiciais em Acompanhamento



103

Ofícios



307

Decisões



251

Despachos

Controle Interno



105

Pareceres



2

Auditoria



2

Acompanhamentos

Secretaria de Proteção de Dados



55 Enviados

24 Em Revisão



3

Colaborações com Políticas Internas de Tratamento de Dados



12

Pareceres



5

Orientações Técnicas sobre Tratamento de Dados de Uso Interno



4

Entrevistas



2

Lives



1

Evento



1

Trilha com

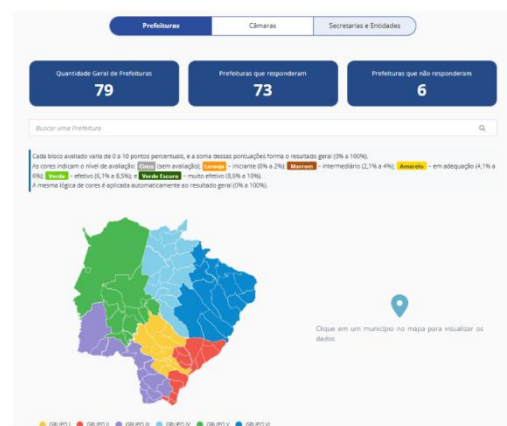
4

cursos

Portal LGPD para Jurisdicionados



Implantação do Painel de Maturidade



Escoex



1.536
INSCRITOS



886
JURISDICIONADOS



669
SOCIEDADE
CIVIL



674
SERVIDORES



12
AÇÕES
EDUCACIONAIS
42h30min H/AULA



3
CURSOS
EAD



9
CURSOS
PRESENCIAIS

Secretaria de Comunicação



548

Matérias Positivas



168

Publicações Espontâneas



380

Republicações de Releases



117

**Produções
Audiovisuais**



51

Edições Ordinárias

17

Edições Extras



159

**Campanhas
para eventos**



24

**Campanhas para
palestras,
seminários, cursos
e treinamentos**



78

**Materiais
institucionais,
avisos, placas,
comunicados e
datas comemorativas**

Sustentabilidade

Corte de Contas recebe estudantes da rede estadual em experiência que une sustentabilidade, cidadania e controle social



O TCE-MS abriu a programação do Mês do Meio Ambiente com visitas guiadas de estudantes da Escola Estadual Dona Consuelo Muller, que participaram de atividades educativas do Programa de Educação Ambiental da Diretoria de Gestão Sustentável. A iniciativa incluiu apresentação dos ODS, visita ao Plenário e a experiência imersiva “Travessia dos Elementos”, que aborda sustentabilidade e os impactos das ações humanas no meio ambiente. O projeto busca aproximar jovens do papel do Tribunal na fiscalização dos recursos públicos e na promoção da cidadania, além de reforçar a importância da consciência ambiental e da participação social.

TCE-MS participa de Seminário Internacional sobre gestão sustentável de resíduos sólidos



O TCE-MS participou, nos dias 20 e 21 de maio, do Seminário Internacional de Sustentabilidade na Gestão de Resíduos Sólidos, promovido pelo TCE de Pernambuco, que reuniu especialistas nacionais e internacionais para debater soluções voltadas à gestão sustentável de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. O evento abordou temas como destinação adequada de resíduos, reciclagem, geração de energia, sustentabilidade dos serviços de limpeza urbana e consórcios públicos. Representando o TCE-MS, a servidora Márcia da Mata moderou o Painel 3, que discutiu a qualidade ambiental e o monitoramento de aterros sanitários, promovendo a troca de experiências entre órgãos ambientais, tribunais de contas e operadores do setor. A participação reforça o compromisso da Corte sul-mato-grossense com práticas sustentáveis e o aprimoramento da gestão ambiental pública.

TCE-MS reforça protagonismo na construção da Agenda 2030 durante Conferência Estadual dos ODS



O TCE-MS participou da 1ª Etapa Estadual da Conferência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada na UFMS, como correalizador do evento e contribuindo para debates e construção de propostas alinhadas à Agenda 2030. A instituição integrou grupos de trabalho em eixos como governança, sustentabilidade ambiental, inclusão social, além de conduzir discussões sobre “Democracia e Instituições Fortes”, com participação de equipes técnicas da área de gestão sustentável. O servidor Leonardo Mira Marques destacou a importância do diálogo interinstitucional para soluções mais efetivas, reforçando o papel do TCE-MS como indutor de políticas públicas sustentáveis.

TCE-MS lança Pacto pela sustentabilidade e resiliência climática nos municípios



O 1º Seminário “Construindo a Sustentabilidade na Gestão Pública”, reunindo prefeitos, vereadores e representantes de instituições estaduais e municipais para discutir estratégias de enfrentamento à urgência climática e fortalecimento da gestão pública sustentável. O evento, em parceria com órgãos como Governo do Estado, MPMS, AGEMS, Assomasul e UCVMS, marcou a assinatura do “Pacto pela Sustentabilidade e pela Resiliência Climática”, voltado à implementação de ações alinhadas à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris. A iniciativa, conduzida pela Diretoria Extraordinária de Gestão Sustentável do TCE-MS, reforça o papel do Tribunal como indutor de boas práticas e da prevenção de riscos ambientais. Foram apresentadas palestras técnicas sobre desenvolvimento municipal sustentável e compras públicas sustentáveis, além de experiências imersivas que destacaram os impactos das decisões administrativas no meio ambiente, consolidando um modelo de cooperação interinstitucional voltado à sustentabilidade e à modernização da gestão pública.

TCE-MS participa do X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas em MG



O TCE-MS participa do X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado em Belo Horizonte e promovido pelo Instituto Rui Barbosa e pelo TCE de Minas Gerais, que reúne especialistas e autoridades para debater governança, fiscalização e o papel do TC's no desenvolvimento social. Com o tema voltado à essencialidade das Cortes de Contas e aos direitos humanos, o evento destaca discussões sobre sustentabilidade fiscal, orçamento sob perspectiva de gênero e o impacto das políticas públicas na vida da população. A conselheira substituta Patrícia Sarmento e o conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira ressaltaram a importância do congresso como espaço de aprendizado e aprimoramento do controle externo, apresentando a experiência do Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância.

Estudantes da rede estadual vivenciam cidadania e sustentabilidade em visita ao Tribunal de Contas



O TCE-MS iniciou uma programação especial de visitas guiadas em alusão ao Mês do Meio Ambiente, recebendo estudantes da Escola Estadual Dona Consuelo Muller para atividades do Programa de Educação Ambiental da Diretoria Extraordinária de Gestão Sustentável. A ação integra a experiência imersiva “Travessia dos Elementos: um caminho para o futuro sustentável”, que promove reflexão sobre sustentabilidade a partir dos quatro elementos da natureza e da Agenda 2030. Os alunos também conheceram o funcionamento do Tribunal, sua atuação no controle dos recursos públicos e a relação entre cidadania e fiscalização, sendo recebidos pelo conselheiro Waldir Neves, que destacou a importância da formação de consciência ambiental entre os jovens. A iniciativa busca aproximar a sociedade do controle externo e reforçar o compromisso institucional com a educação ambiental e a sustentabilidade.

TCE-MS destaca sustentabilidade e desenvolvimento local no Congresso de Licitações



O 2º Congresso Estadual de Licitações e Compras Públicas de Mato Grosso do Sul, realizado paralelamente ao 4º Congresso dos Municípios, reuniu especialistas para debater os avanços da Nova Lei de Licitações e os desafios da gestão pública, com foco em planejamento e sustentabilidade. Representando o TCE-MS, a chefe de Licitações e Contratos Veridyana Cardoso Fantinato e o engenheiro sanitarista e ambiental Ruhan Charles da Silva Lima participaram do painel “PCA, Pré-qualificação e ETP/TR com ESG”, destacando a importância da fase de planejamento das contratações e da incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança. Durante o debate, Ruhan Lima ressaltou a relevância das compras públicas sustentáveis e da análise do ciclo de vida dos produtos, enquanto Veridyana Fantinato enfatizou que as decisões mais estratégicas ocorrem no Estudo Técnico Preliminar, reforçando o potencial das licitações como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Capacitação

TCE-MS realiza seminário sobre os impactos da Reforma Tributária na gestão pública



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, por meio da Escoex, realizou um seminário sobre a Reforma Tributária e seus desafios para o controle externo, com foco nos impactos da mudança na gestão municipal e no papel dos Tribunais de Contas na fiscalização e orientação dos gestores públicos. O evento reuniu especialistas que abordaram os efeitos da Emenda Constitucional nº 132/2023, destacando a criação do IBS e da CBS em substituição a tributos como ISS, ICMS, PIS/CoFins e IPI, além das incertezas e da necessidade de adaptação ao novo modelo, que terá cobrança efetiva a partir de 2027. Durante a abertura e as palestras, foi reforçada a importância do debate técnico para compreender as mudanças, preparar os servidores e garantir uma implementação mais eficiente e responsável da reforma tributária.

TCE-MS promove capacitação sobre planejamento orçamentário para defensores públicos



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), em parceria com a Defensoria Pública de MS, promoveu um curso EAD ao vivo sobre planejamento orçamentário voltado a defensores públicos, com foco no fortalecimento da atuação em políticas públicas. A capacitação, realizada pela Escoex, abordou temas como PPA, LDO e LOA, destacando a importância do orçamento público na efetivação das ações governamentais e na prestação de serviços à sociedade. A iniciativa integra ações conjuntas das instituições para ampliar o conhecimento técnico dos participantes e reforça o papel orientativo e preventivo do TCE-MS na qualificação da gestão pública na defesa de direitos.

TCE-MS promove capacitação sobre e-Sfinge com especialistas do TCE-SC



O TCE-MS realizou a abertura de um curso promovido pela Escoex sobre a prestação de contas de governo no sistema e-Sfinge, com foco na troca de experiências com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), que já possui maior maturidade na utilização da ferramenta. A capacitação, ministrada pelo auditor Luiz Carlos Wisintainer, aborda todas as etapas da análise das contas de governo, desde o recebimento até a emissão de relatórios e pareceres, com ênfase em boas práticas e prevenção de falhas. Voltado a servidores do controle externo, o curso reforça a qualificação técnica da equipe do TCE-MS e o aprimoramento dos processos de fiscalização por meio do compartilhamento de experiências entre tribunais.

Audidores do TCE-MS contribuem para debates nacionais sobre auditoria financeira no setor público



O TCE-MS participou do 4º Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas, realizado em Bento Gonçalves (RS), evento que reuniu especialistas de todo o país para debater avanços e boas práticas na auditoria do setor público. O Tribunal teve atuação tanto na organização quanto nas discussões técnicas, com auditores integrando a comissão pedagógica e apresentando experiências práticas, como a auditoria financeira do PROFISCO II-MS, que evidenciou melhorias em controles internos e na gestão de ativos públicos. A participação reforça o compromisso da Corte com a qualificação técnica, a inovação e o fortalecimento do controle externo.

TCE-MS participa de capacitação sobre quantificação de benefícios dos Tribunais de Contas



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul participou, entre os dias 6 e 8 de maio, da Capacitação Regional sobre Quantificação de Benefícios dos Tribunais de Contas, realizada no TCE-GO, em Goiânia, representado pela chefe da Coordenadoria de Gerenciamento de Controle Externo, Lidiane Carpejani. Promovido pela Atricon, Instituto Rui Barbosa e CNPTC, o encontro reuniu membros e servidores dos tribunais da região Centro-Oeste para debater metodologias de mensuração dos resultados do controle externo, contribuindo para a padronização da quantificação de benefícios em todo o país e reforçando o compromisso do TCE-MS com a transparência, o aperfeiçoamento das fiscalizações e a demonstração dos resultados entregues à sociedade.

TCE-MS participa do 4º Congresso dos Municípios de MS com foco na eficiência da gestão pública



O TCE-MS participou da abertura do 4º Congresso dos Municípios de MS Grosso do Sul, realizado em Campo Grande, com o tema "A eficiência do Municipalismo na construção do Brasil", que reúne gestores e autoridades para debater desafios e soluções da administração pública municipal. O Tribunal foi representado pelo vice-presidente Iran Coelho das Neves e pelo conselheiro Sérgio de Paula, além de contar com a participação de outros membros ao longo da programação. O evento aborda temas como reforma tributária, saúde, educação, sustentabilidade e inovação na gestão pública, incluindo painéis com atuação de representantes do TCE-MS, como o conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira, a chefe da Divisão de Fiscalização da Saúde Giovanna Maravieski e a chefe de Licitações e Contratos Veridyana Cardoso Fantinato, reforçando o papel institucional no debate sobre eficiência e modernização da gestão municipal.

TCE-MS contribui para debates sobre arrecadação, saúde e governança no segundo dia do Congresso dos Municípios



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) participou do segundo dia do 4º Congresso dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, reforçando sua atuação pedagógica e orientadora junto aos gestores públicos em debates sobre arrecadação, saúde, planejamento e governança. O conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira mediu o painel "Arrecadação Municipal: o que funciona na prática?", destacando os impactos da reforma tributária e a importância da gestão das receitas para o cumprimento de limites legais e constitucionais. Já a chefe da Divisão de Fiscalização da Saúde, Giovanna Maravieski, participou do painel sobre gestão da saúde pública, ressaltando o papel preventivo e colaborativo do controle externo na orientação dos municípios, com foco na eficiência da aplicação dos recursos e na melhoria dos serviços prestados à população.

Capacitação

TCE-MS participa do ENAOP 2026 e reforça compromisso com inovação na fiscalização de obras públicas



O TCE-MS participou do Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas (ENAOP) 2026, realizado em Curitiba (PR), com foco no tema "Inovação e Tecnologia", reunindo especialistas de todo o país para debater novas metodologias de fiscalização de obras públicas. A Corte levou sua experiência na área, especialmente por meio do Laboratório de Obras Rodoviárias (LABOR), que permite análises técnicas da qualidade de materiais em infraestrutura rodoviária. Representando o Tribunal, o chefe da Divisão de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Meio Ambiente, João Carneiro, destacou o uso de ferramentas como BIM e inteligência artificial para aprimorar auditorias, reforçando a atuação preventiva e eficiente do controle externo. Também participou do evento a assessora técnica Claudeney Simone Alves Santana, contribuindo para o aprimoramento das práticas de fiscalização e incorporação de tecnologias no TCE-MS.

TCE-MS orienta gestores públicos sobre eficiência orçamentária na assistência social



O Seminário Estadual para o Aprimoramento da Gestão Financeira e Orçamentária FNAS e FEAS, realizado no Bioparque Pantanal e promovido pela SEAD-MS, reuniu gestores dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul no âmbito do projeto "FNAS pelo Brasil", com foco no fortalecimento da gestão da assistência social. O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul participou com protagonismo técnico por meio da palestra "Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo", ministrada pelo diretor de Serviços Processuais, Eduardo dos Santos Dionizio, que destacou aspectos práticos da execução orçamentária, como empenho, liquidação e pagamento, além da importância do planejamento integrado ao PPA, LDO e LOA. Ele também reforçou o papel orientador e pedagógico do Tribunal no apoio aos gestores municipais para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social.

Tribunal de Contas contribui com debate sobre regionalização do saneamento



O TCE-MS participou, em 10 de junho, do III Encontro de Secretarias Municipais de Meio Ambiente, realizado em Bonito no âmbito do IV Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, reunindo gestores e especialistas para debater saneamento básico, resíduos sólidos e governança ambiental. Representando a Corte, a coordenadora de projetos ambientais, Thainá Domingues Nogueira, apresentou a palestra sobre a regionalização do saneamento em MS, destacando o Novo Marco Legal do setor, a criação da Microrregião de Saneamento Básico (MSB) e os desafios de implementação da overnança intermunicipal. A participação reforçou a importância da cooperação entre municípios para ampliar a eficiência dos serviços, especialmente na gestão de resíduos e operação de aterros sanitários, além de fortalecer o papel orientativo do TCE-MS na disseminação de boas práticas e no apoio à formulação de políticas públicas ambientais.

TCE-MS participa de encontro que debate inovação e desenvolvimento de pessoas no setor público



O TCE-MS participou do 5º Encontro de Gestores de Pessoas no Setor Público, realizado em Campo Grande, com o tema "Tendências, Estratégias e Inovação", que reuniu gestores e especialistas para debater os desafios da gestão de pessoas na administração pública. O TCE-MS teve destaque na programação com a participação da conselheira substituta Patrícia Sarmento, no painel sobre lideranças femininas, no qual compartilhou sua trajetória e refletiu sobre a importância da educação e da ampliação dos espaços de atuação das mulheres no serviço público, e com a palestra de Geanlucas Julio de Freitas, que abordou a relação entre gestão de pessoas e o sistema e-Sfinge. O evento, correalizado pelo Tribunal e pela UEMS, também contou com a participação da diretora de Gestão de Pessoas, Elaine Góis, que destacou a importância do investimento no desenvolvimento dos servidores para a modernização da gestão pública.

TCE-MS capacita servidores para fortalecer a fiscalização dos sistemas de controle interno municipais



O TCE-MS promoveu uma capacitação interna sobre controle interno, ministrada pelo conselheiro substituto Cêlio Lima de Oliveira, com o objetivo de aprimorar o conhecimento técnico de servidores e auditores sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas de controle dos municípios jurisdicionados. Durante o curso, foram abordados fundamentos legais da Constituição Federal, LRF e Lei Anticorrupção, além das atribuições das Unidades Centrais de Controle Interno, a importância da independência funcional dos controladores, a implantação do SIAFIC e os limites constitucionais de gastos públicos, como despesas com pessoal e investimentos mínimos em saúde e educação. A iniciativa reforça o papel do controle interno como instrumento estratégico de governança, transparência e eficiência na gestão pública, além de fortalecer a atuação orientativa do Tribunal e a qualificação contínua e sua equipe técnica.

TCE-MS destaca pioneirismo no cuidado ao servidor em encontro de gestão pública



No terceiro e último dia do 5º Encontro de Gestores de Pessoas no Setor Público de Mato Grosso do Sul, realizado no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, o TCE-MS teve participação de destaque ao apresentar experiências e boas práticas em dois painéis estratégicos voltados à gestão de pessoas e saúde mental. No painel sobre clima organizacional, a Corte compartilhou a experiência de pesquisa institucional contínua que vem sendo aplicada há anos como instrumento de melhoria da gestão e fortalecimento do ambiente de trabalho. Já no espaço "Café com Psicólogo", foram apresentados resultados e relatos do projeto de acolhimento psicológico dos servidores, que busca aproximar o atendimento e reduzir barreiras culturais ao cuidado com a saúde mental. As discussões reforçaram a importância da valorização dos servidores e do desenvolvimento humano como pilares para uma administração pública mais eficiente, inovadora e humanizada.

Escoex disponibiliza curso sobre aplicação do ECA e proteção infanto-juvenil no ambiente digital



A Escola Superior de Controle Externo (Escoex), do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), lançou o curso EAD gratuito "Gestão do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e Atuação no Ambiente Digital", voltado a servidores, jurisdicionados e à sociedade civil, com o objetivo de fortalecer políticas públicas e ampliar a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. A formação, conduzida por especialistas da área, aborda desde os fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) até a gestão e financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de discutir os desafios da proteção de direitos no ambiente digital. Dividido em três módulos, o curso permanece disponível até 6 de dezembro de 2026 e busca oferecer autonomia teórica e prática para a atuação qualificada na área.

Capacitação

TCE-MS participa do 15º Fórum Estadual Extraordinário da Undime/MS



O TCE-MS participou do 15º Fórum Estadual Extraordinário da Undime-MS, realizado em Campo Grande, reunindo dirigentes municipais de educação para debater financiamento, gestão e aprendizagem na rede pública. Na abertura do evento, a conselheira substituta Patrícia Sarmento destacou a importância do diálogo entre o controle externo e os gestores da educação, reforçando o compromisso do Tribunal com a melhoria da gestão pública. O chefe da Divisão de Fiscalização da Educação, Roberto Silva Pereira, também ressaltou o papel orientador do TCE-MS na análise de indicadores e estruturas educacionais, com foco na qualidade do ensino. O Fórum foi apresentado como um espaço de construção coletiva voltado ao fortalecimento de uma educação mais inclusiva, equitativa e eficiente nos municípios sul-mato-grossenses.

Planejamento Estratégico

TCE-MS vai realizar live para orientar jurisdicionados sobre o IEGE e IEGM 2026



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) realizou uma live para apresentar as atualizações do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE) 2026, destacando a importância desses indicadores para avaliar a qualidade da gestão pública em áreas como saúde, educação, planejamento e meio ambiente. Durante a transmissão, as diretoras Ariene Rezende do Carmo Castro e Valéria Sales Cominale Lins ressaltaram que os índices auxiliam gestores na identificação de oportunidades de melhoria e fortalecem a transparência, uma vez que seus resultados estão disponíveis ao público por meio dos portais do IEGM e do IEGE no site do TCE-MS.

Todos os municípios de MS concluem envio de dados do IEGM



Os 79 municípios de Mato Grosso do Sul concluíram o envio das informações do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), garantindo ao TCE-MS uma base completa para avaliação da gestão pública no Estado. O resultado reforça o compromisso das administrações municipais com a transparência e a melhoria da gestão, além de evidenciar o suporte técnico e orientador do Tribunal ao longo do processo. O IEGM, que avalia áreas como educação, saúde, planejamento, meio ambiente, governança em TI e defesa civil, é uma ferramenta nacional de mensuração da efetividade das políticas públicas. Segundo o TCE-MS, os dados servirão de subsídio para o controle externo, aperfeiçoamento de políticas públicas e fortalecimento da transparência, contribuindo para diagnósticos mais precisos e decisões mais qualificadas na administração municipal.

PND

TCE-MS alerta para o prazo de adesão à Prova Nacional Docente e reforça importância da iniciativa



O TCE-MS reforça aos gestores estaduais e municipais a importância da adesão à Prova Nacional Docente (PND), cujo prazo foi prorrogado até 17 de junho pelo Ministério da Educação. A iniciativa, alinhada às orientações da Atricon e do Instituto Rui Barbosa, integra esforços nacionais para aprimorar a seleção e valorização de professores da educação básica, podendo ser utilizada como etapa em concursos e processos seletivos. De adesão voluntária, a PND deve ser formalizada no sistema do MEC e pode contribuir para maior segurança jurídica, transparência e qualificação dos critérios de contratação no magistério. O TCE-MS destaca ainda seu caráter pedagógico e orientativo junto aos jurisdicionados, reforçando o potencial da prova para fortalecer a qualidade da educação pública.

Inovação

Nova plataforma apresentada no TCE-MS vai modernizar gestão de medicamentos judicializados



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul realizou o painel "Governança e Inovação com a Plataforma Nacional de Saúde", reunindo autoridades e gestores públicos para discutir o uso de tecnologia na qualificação da gestão da saúde e na redução da judicialização. O evento contou com a participação de conselheiros do TCE-MS e representantes do sistema de Justiça, que destacaram a importância da governança colaborativa e da integração entre instituições. A Plataforma Nacional de Saúde, desenvolvida por órgãos do Judiciário em parceria com entidades nacionais, foi apresentada como ferramenta para centralizar informações, dar mais transparência aos processos de medicamentos judicializados e melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Qualidade de Vida

Palestra de Gigante Léo marca comemoração do dia do auditor no TCE-MS



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul realizou uma palestra em comemoração ao Dia do Auditor, promovida em parceria com a AudTCE/MS, com participação do auditor e palestrante Leonardo Núñez de Miranda Reis (Gigante Léo), que compartilhou reflexões sobre sua trajetória com foco em motivação, bem-estar e superação pessoal. O evento também destacou a importância da atuação dos auditores de controle externo, com reconhecimento do papel essencial desses profissionais para a sociedade, reforçado pelo presidente da associação e pela direção de controle externo do TCE-MS, que ressaltaram o respeito, a dedicação e o reconhecimento da carreira dentro do Tribunal.

Aberto ao público: Arraiá do TCE-MS une solidariedade, comidas típicas e atrações musicais neste sábado



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul promoveu, no dia 20 de junho, o "Arraiá do TCE-MS", evento aberto à população e aos servidores que une celebração da cultura junina e ação solidária. A festança teve caráter 100% filantrópico, com toda a renda das barracas revertida para 14 instituições beneficentes, como o Instituto Juliano Varela, ACA, Engenheiros do Amor e Instituto Jatobá, entre outras, que atuaram diretamente na arrecadação. A programação incluiu comidas típicas, parque de diversões gratuito para crianças e apresentações musicais com Fábio e Murilo e o grupo Flor de Pequim. A iniciativa reforça o compromisso social da Corte de Contas ao promover integração com a comunidade e apoio a projetos sociais locais.

Fiscalização

TCE-MS divulga relatório sobre infraestrutura escolar e aponta desafios em 18 municípios



O conselheiro substituto do TCE-MS, Célio Lima de Oliveira, apresentou um relatório da auditoria “Operação Educação” com diagnóstico da infraestrutura escolar em 18 municípios, destacando avanços e desafios na educação pública. A iniciativa, parte de uma ação nacional da Atricon com 32 Tribunais de Contas, busca fortalecer a fiscalização e a melhoria da gestão educacional, além de incentivar a continuidade do monitoramento das soluções propostas. O trabalho reforça o papel do Tribunal como indutor de eficiência, transparência e melhoria dos serviços públicos, com foco na qualidade da educação e no impacto para a população.

TCE-MS fiscaliza fornecimento de fraldas e alimentação especial para crianças neurodivergentes



O TCE-MS realizou uma fiscalização em Campo Grande sobre o armazenamento e o planejamento de compras de fraldas e alimentação especial destinadas a crianças neurodivergentes, motivada por denúncias encaminhadas pelo MPMS, Associação de Mães Atípicas e Legislativo. A ação tem como objetivo verificar o planejamento das aquisições, a adequação dos materiais às necessidades das crianças e o fluxo de distribuição dos insumos. Paralelamente, o presidente do Tribunal recebeu um grupo de mães atípicas que relataram dificuldades no acesso a itens essenciais como fraldas, alimentação especial e medicamentos, reforçando a importância da apuração e do acompanhamento das políticas públicas voltadas a essas crianças.

TCE-MS orienta gestores sobre aplicações financeiras dos RPPS



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul publicou a OTJ nº 02/2026, estabelecendo diretrizes para reforçar a segurança, a governança e a transparência nas aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A orientação determina maior rigor na análise de riscos, escolha de instituições financeiras, registro contábil de perdas e monitoramento contínuo dos investimentos, além de exigir decisões formalizadas e baseadas em critérios técnicos como liquidez, diversificação e prazos. De caráter preventivo e pedagógico, a norma segue referências do TCU e da Atricon, busca proteger os recursos previdenciários e garantir a sustentabilidade dos benefícios futuros, sem afastar a possibilidade de responsabilização em caso de irregularidades.

TCE responde Consulta sobre prorrogação de atas de registro de preços sob a Nova Lei de Licitações



Durante sessão ordinária do Pleno, realizada em 13 de maio, o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul respondeu à consulta formulada pela Prefeitura de Camapuã sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021, uniformizando o entendimento sobre o Sistema de Registro de Preços. Sob relatoria do conselheiro Marcio Monteiro, o TCE-MS esclareceu aspectos relacionados à prorrogação das Atas de Registro de Preços, ao planejamento das contratações e à obrigatoriedade da Intenção de Registro de Preços (IRP), oferecendo maior segurança jurídica aos gestores públicos na aplicação da Nova Lei de Licitações.

TCE-MS orienta gestores sobre obras rodoviárias e reforça exigência de normas técnicas



O TCE-MS publicou a OTJ nº 3/2026, que estabelece diretrizes para contratações de obras e serviços de engenharia em infraestrutura rodoviária, com foco no fortalecimento do planejamento, da execução e da gestão contratual. A orientação reforça a adoção de normas técnicas do DNIT e do IPR, a atualização de projetos desatualizados, o controle tecnológico rigoroso e a definição de critérios objetivos de desempenho e qualidade das obras. Também destaca a importância da rastreabilidade, da documentação de não conformidades e da gestão adequada dos contratos, visando garantir maior qualidade, durabilidade e segurança nas obras públicas, além de melhor aplicação dos recursos.

TCE-MS encaminha indagações ao STF sobre emendas parlamentares



O TCE-MS encaminhou ao Supremo Tribunal Federal questionamentos formulados por municípios sul-mato-grossenses sobre dificuldades operacionais para cumprir exigências relacionadas à abertura de contas bancárias específicas para recebimento de recursos de emendas parlamentares, especialmente em casos de pequenos valores. As dúvidas surgiram após orientações e fiscalizações do Tribunal que incluíram a suspensão da execução de emendas em 31 municípios devido a inconsistências na transparência e na aplicação dos recursos. No documento enviado ao STF, o conselheiro relator Osmar Domingues Jeronimo aponta que a exigência de contas individualizadas pode ser desproporcional em repasses de baixo valor e solicita esclarecimentos sobre possíveis flexibilizações, uso de mecanismos alternativos de controle e procedimentos aplicáveis quando o próprio município é o beneficiário direto das emendas. O Tribunal afirma que aguarda manifestação da Corte Suprema para orientar os jurisdicionados.

TCE-MS acompanha aquisições de medicamentos do CONISUL e reforça atuação preventiva na saúde pública



O TCE-MS, por meio da Divisão de Fiscalização de Saúde, realizou entre 27 e 30 de abril de 2026 uma fiscalização na modalidade acompanhamento junto ao CONISUL, em Iguatemi, com foco nas aquisições de medicamentos e insumos médicos. A ação avaliou aspectos como economicidade, transparência, governança, conformidade normativa e formação de preços, por meio da análise de processos de compras, pesquisas de preços, planejamento e condições de armazenamento, além de reuniões orientativas com gestores. Segundo a chefe da divisão, Giovanna Felix Maravieski, o trabalho tem caráter preventivo e busca corrigir falhas de forma tempestiva, identificando oportunidades de melhoria como padronização documental, fortalecimento dos controles internos e aprimoramento do planejamento das aquisições, que envolvem recursos estimados em R\$ 60,7 milhões.

Fiscalização

Conselheiros do TCE-MS aprovam contas de 2025 do Governo do Estado



As Contas Anuais de Governo do Estado de MS referentes ao exercício de 2025 foram aprovadas com ressalvas e recomendações pelo TCE-MS, em sessão ordinária do Tribunal Pleno realizada em 27 de maio, sob a presidência do conselheiro Flávio Kayatt. O parecer servirá de subsídio para julgamento pela Assembleia Legislativa. A relatoria do conselheiro Waldir Neves destacou avanços na governança e na integração aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além do cumprimento dos limites constitucionais em áreas como saúde e educação, mas também apontou ressalvas, como o descumprimento de metas fiscais, déficit no resultado primário e nominal e desafios no regime previdenciário. O processo contou com parecer favorável do Ministério Público de Contas, participação de diversos conselheiros e acompanhamento de autoridades estaduais e representantes dos poderes, sendo determinada ainda fiscalização para monitoramento das recomendações emitidas.

TCE-MS encerra primeiro ciclo de prestação de contas pelo e-Sfinge com 96,2% de adesão



O TCE-MS concluiu, em 29 de maio, o recebimento das prestações de contas de 2025 por meio do sistema e-Sfinge, marcando o primeiro ciclo completo de utilização da plataforma no Estado, com 76 das 79 contas de governo enviadas (96,20% de adesão) e 1.058 contas de gestão. Implantado em parceria com o Tribunal de Contas de Santa Catarina, o sistema representa um avanço na modernização do controle externo, automatizando a extração e validação de dados contábeis e ampliando a confiabilidade das informações. Segundo o diretor de informações estratégicas do TCE-MS, Geanlucas de Freitas, a nova metodologia reduz inconsistências, dá mais celeridade ao processo e simplifica o trabalho dos jurisdicionados. O ciclo também registrou boas práticas de agilidade entre municípios, como Brasilândia e Sonora, e contou com suporte técnico contínuo do Tribunal, consolidando o e-Sfinge como ferramenta estratégica para a transparência e eficiência da gestão pública.

TCE solicita informações à Prefeitura e Câmara de Campo Grande sobre manutenção dos limites de despesa com pessoal



O conselheiro do TCE-MS, Osmar Domingues Jeronymo, encaminhou ofício à Prefeitura de Campo Grande e à Câmara Municipal solicitando informações sobre as medidas que serão adotadas para garantir o cumprimento dos limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), diante do cenário de aumento de gastos decorrente de reajustes salariais aprovados para servidores municipais. O Tribunal aponta preocupação com o fato de o Executivo já registrar 53,97% da Receita Corrente Líquida em despesas com pessoal, percentual muito próximo do limite máximo de 54% estabelecido pela legislação, o que pode ser agravado pelos reajustes de 2,20% em 2026 e 2,19% em 2027. Diante disso, foi solicitado que o município informe, no prazo de cinco dias úteis, as providências previstas para manter o equilíbrio fiscal, sob alerta de possíveis consequências legais em caso de descumprimento dos limites.

TCE-MS fiscaliza 60 unidades de saúde responsáveis pelo atendimento de cerca de 340 mil pessoas na região de Dourados



O TCE-MS, em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2026, realizou entre 15 e 17 de junho a Auditoria de Conformidade "Operação Atenção" no município de Dourados, com foco na Atenção Primária à Saúde (APS), porta de entrada do SUS. A ação integra uma fiscalização mais ampla que abrange 60 unidades de saúde em Dourados e municípios da região Centro-Sul, com equipes técnicas da Divisão de Fiscalização da Saúde, coordenadas por Giovanna Araújo Félix Maravieski. O trabalho busca avaliar a estrutura das unidades e produzir diagnósticos para aprimorar a qualidade do atendimento, reforçando o caráter orientativo da atuação do Tribunal. O conselheiro Waldir Neves destacou que as visitas presenciais permitem maior precisão na análise dos serviços e contribuem para o uso mais eficiente dos recursos públicos na saúde.

TCE-MS beneficia cerca de 9.300 estudantes com a fiscalização da educação na Grande Dourados



Audidores do TCE-MS realizaram uma fiscalização em 26 escolas da região da Grande Dourados, entre urbanas, rurais e indígenas, como parte do Plano Anual de Fiscalização de 2026, com foco na avaliação da infraestrutura escolar e das condições de atendimento aos estudantes. A ação atinge mais de 9 mil alunos através da análise de 77 itens estruturais das unidades educacionais, como salas de aula, acessibilidade, refeitórios e segurança predial. Segundo o Tribunal, o objetivo é produzir diagnósticos técnicos para subsidiar melhorias na rede municipal de ensino, com encaminhamento de relatórios aos gestores para adoção de medidas corretivas ou planos de ação. A iniciativa integra o trabalho contínuo de monitoramento da educação pública e busca contribuir para a qualificação dos serviços oferecidos à comunidade escolar.

Relatório de Atividades do TCE-MS

2º Trimestre - 2026

Concurso

TCE-MS celebra acordo com MPMS e Defensoria e dá andamento aos concursos públicos



O TCE-MS firmou acordo de autocomposição com o Ministério Público e a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul para garantir a reserva de vagas em futuros concursos públicos da Corte, estabelecendo cotas de 20% para candidatos negros e 3% para candidatos indígenas. A medida, construída no âmbito do Centro de Autocomposição do MPMS, também prevê a regulamentação interna da política de cotas por meio de atos normativos e reforça o compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades no serviço público. Os concursos já em andamento não serão alterados, e o acordo ainda será homologado judicialmente para ter validade como título executivo.

TCE-MS divulga resultado final de concurso público



O TCE-MS publicou o resultado final do concurso público para analista e auditor de controle externo, incluindo a classificação definitiva dos candidatos e a conclusão da fase de títulos em diversas áreas, como Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Tecnologia da Informação. Com a homologação, o certame passa a ter validade legal, permitindo futuras nomeações conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária do Tribunal. O resultado reforça o fortalecimento do quadro técnico da instituição, contribuindo para a qualificação das atividades de controle e fiscalização da gestão pública no Estado.

ESCOEX

Conselheiro Sérgio de Paula é o novo diretor da Escoex



O conselheiro Sérgio de Paula foi designado pelo presidente do TCE-MS, conselheiro Flávio Kayatt, por meio da Portaria nº 244/2026, para exercer a função de diretor da Escola Superior de Controle Externo (Escoex). A unidade é responsável pela capacitação e difusão de conhecimento técnico voltado à administração pública, atuando em áreas como planejamento, fiscalização e gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal. Com a nova direção, a Escoex reforça sua atuação na formação continuada de servidores e jurisdicionados, por meio de cursos, oficinas, seminários e ações presenciais e a distância, com alcance nos 79 municípios do Estado.

Protagonismo

TCE-MS passa a integrar Colegiado Nacional de Controle Externo do Comitê Gestor do IBS



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul passou a integrar o Colegiado Nacional de Controle Externo do Comitê Gestor do IBS (CNCE-CGIBS), no contexto das mudanças trazidas pela Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132. A representação do TCE-MS será exercida pelo conselheiro Marcio Monteiro como membro titular e pelo conselheiro substituto Célio Lima de Oliveira, conforme Portaria TCE-MS nº 210/2025 e Deliberação nº 120/2026. O colegiado tem como objetivo promover a atuação coordenada dos Tribunais de Contas na fiscalização do novo sistema tributário, especialmente na gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), garantindo controle externo integrado sobre recursos públicos. A participação da Corte sul-mato-grossense reforça seu papel estratégico no acompanhamento da reforma e no fortalecimento da transparência e da governança fiscal em nível nacional.

TCE-MS avança em programa que promove autonomia financeira para mulheres em situação de violência



O TCE-MS realizou uma visita técnica à Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, para avançar na implementação do programa "Mulheres Além da Conta", que reserva vagas de trabalho em contratos do Tribunal para mulheres vítimas de violência doméstica. A reunião teve como foco o alinhamento do fluxo de contratações, capacitação das equipes e apresentação de um termo de cooperação técnica que organiza o mapeamento de vagas, encaminhamento de candidatas e acompanhamento do programa. A iniciativa, instituída pela Resolução nº 270/2025, busca promover autonomia financeira como forma de enfrentamento à violência, reforçando a parceria entre instituições e o compromisso com a inclusão social e a proteção de direitos.

TCE e TJMS dão andamento às ações do projeto MS por Elas



Representantes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) se reuniram para dar continuidade às ações do projeto "MS por Elas: Justiça e Controle são da nossa conta", voltado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar nos municípios sul-mato-grossenses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.899/2024. O encontro contou com a participação da conselheira substituta Patrícia Sarmento dos Santos e da desembargadora Sandra Artioli, e deu sequência ao Acordo de Cooperação Técnica TC-CO/0724/2025, que já concluiu a fase de diagnóstico situacional dos municípios, identificando capacidades, fragilidades e necessidades locais. As próximas etapas incluem a consolidação de dados, elaboração de normativos e materiais técnicos, capacitação de servidores, realização de fiscalizações e monitoramentos, com foco na implementação de planos de metas e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, reforçando o papel indutor e educativo das instituições de controle e justiça.

TCE-MS participa da reunião ordinária do Fórum Permanente pela Paridade Institucional



O TCE-MS participou da reunião ordinária do Fórum Permanente pela Paridade Institucional e Políticas das Mulheres, realizada na Secretaria Municipal de Mulheres (Semu), com foco no planejamento do "2º Simpósio Violência de Gênero na Política", previsto para agosto. A Corte foi representada pela servidora Olga Cruz, como suplente da conselheira substituta Patrícia Sarmento, reforçando seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à participação feminina nos espaços de poder. O encontro reuniu diversas instituições da rede de proteção e igualdade de gênero, como TRE-MS, Defensoria Pública, OAB-MS, TJMS, MPMS e outros órgãos, com o objetivo de alinhar ações e estratégias para o enfrentamento da violência política de gênero e a ampliação da participação das mulheres na política.

LGPD

TCE-MS divulga panorama inédito sobre maturidade da LGPD nos entes públicos do Estado



O TCE-MS divulgou um relatório inédito sobre o nível de adequação dos órgãos públicos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), elaborado pela SEPROD no âmbito do projeto “Proteção de Dados e Integridade Pública”, com base na análise de 164 instituições. O diagnóstico aponta que 54% dos entes ainda estão no nível inicial de maturidade, evidenciando desafios como ausência de inventário de dados, fragilidades em segurança da informação e falta de canais estruturados para atendimento aos titulares. O levantamento também destaca a baixa formalização de políticas internas e reforça o papel orientador do Tribunal ao fornecer subsídios para que os gestores aprimorem a governança e avancem na implementação efetiva da LGPD na administração pública.

TCE-MS fortalece cultura de proteção de dados com orientação técnica e capacitações



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) publicou a Orientação Técnica aos Jurisdicionados (OTJ nº 4/2026), que estabelece diretrizes para a implementação gradual da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nos órgãos públicos estaduais e municipais sob sua jurisdição. A iniciativa integra o projeto “Proteção de Dados e Integridade Pública”, desenvolvido com base em diagnóstico de maturidade dos entes públicos, e é acompanhada do guia “Jornada LGPD”, que orienta gestores em dez etapas práticas de adequação. Como apoio à implementação, o Tribunal promove ações de capacitação, incluindo live e evento presencial sobre proteção de dados, com participação de especialistas e instituições parceiras. Segundo a chefe da Secretaria de Proteção de Dados do TCE-MS, Ana Carla Brum, a ação reforça o papel orientador da Corte na melhoria da governança, na redução de riscos e na proteção dos dados pessoais dos cidadãos.

Especialista nacional em proteção de dados destaca papel do poder público em palestra promovida pelo TCE-MS



O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul promoveu, em 19 de junho de 2026, a palestra “Proteção de Dados Pessoais e o Poder Público”, ministrada pela procuradora federal Danielly Cristina Araújo Gontijo, reunindo gestores e representantes de diversas instituições para debater a LGPD na administração pública e a importância da proteção de dados como direito fundamental. A abertura contou com a participação do presidente do TCE-MS, conselheiro Flávio Kayatt, e da chefe da Secretaria de Proteção de Dados, Ana Carla Lemes Brum de Oliveira, além de representantes do TJMS, MPMS e Defensoria Pública. A palestrante destacou o papel estratégico do poder público na consolidação de uma cultura institucional de proteção de dados, enquanto o Ministério Público reforçou a necessidade de compromisso contínuo com a segurança da informação. O evento também marcou o lançamento do Programa de Formação Continuada “LGPD na Prática”, voltado à capacitação de servidores e jurisdicionados para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no Estado.

Ouvidoria

TCE-MS participa de lançamento de Programa de Compliance em Glória de Dourados



Representando o TCE-MS, a Ouvidoria participou do lançamento do Programa de Compliance da Prefeitura e da Câmara Municipal de Glória de Dourados, iniciativa voltada ao fortalecimento da transparência, integridade e boa gestão dos recursos públicos. O programa foi apresentado como ferramenta estratégica para prevenir irregularidades, aprimorar a governança e fortalecer a confiança entre administração pública e sociedade, incluindo a criação de comitês e a entrega de Códigos de Conduta aos servidores. O Tribunal destacou que ações como essa representam avanço na maturidade institucional e na consolidação de práticas de controle e ética na gestão pública.

Carta de Serviços 2026 do TCE-MS já está disponível no portal institucional

O TCE-MS publicou a versão atualizada da Carta de Serviços ao Usuário 2026, reunindo informações sobre os serviços oferecidos, formas de acesso, canais de atendimento e compromissos de qualidade e transparência da instituição. Coordenado pela Ouvidoria e regulamentado pela Resolução nº 208/2024, o documento segue a Lei Federal nº 13.460/2017 e tem como objetivo ampliar o controle social e facilitar o acesso de cidadãos e jurisdicionados aos serviços do Tribunal. A atualização reforça o compromisso do TCE-MS com a transparência, a eficiência e o fortalecimento da participação social na fiscalização da gestão pública.

